

A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A MULHER

Bruna Danielli Zanoló Melo¹
Cinthya Camyla da Silva²
Danieli Cristina da Silva Bettinelli³
Flávia Sales Lopes⁴
Simone de Lima Inácio⁵
Vitor Ugo Dias Barreiros⁶
Claudia Lopes Perpétuo⁷

MELO, B. D. Z.; SILVA, C. C. da; BETTINELLI, D. C. da S.; LOPES, F. S.; INÁCIO, S. de L.; BARREIROS, V. U. D.; PERPÉTUO, C. L. A política da assistência social e a mulher. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 19, n. 2, p. 255-270, jul./dez. 2019.

RESUMO: Considerando os estudos interseccionais, os quais proporcionam discussões com o intuito de compreender como os marcadores sociais se articulam e geram desigualdades sociais, neste estudo a partir do âmbito da Assistência Social, a qual tem a família como centralidade, objetiva-se compreender e discutir como esta Política Pública acaba por contribuir e/ou reforçar as desigualdades de gênero a partir de suas per-

DOI:10.25110/educere.v19i2.2019.7721

¹Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR de Umuarama – Pr. Participante do Projeto de Iniciação Científica – PIC. End. Av. Central, 1147. Centro. CEP.: 80015-000, Serra dos Dourados-PR. Email: brunazanoló@hotmail.com

²Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR de Umuarama – Pr. Participante do Projeto de Iniciação Científica – PIC. End. Rua Getúlio Vargas, 1514. CEP.: 87580-000, Alto Piquiri-PR. Email: Cinthya-camyla@hotmail.com

³Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR de Umuarama – Pr. Participante do Projeto de Iniciação Científica – PIC. End. Av. Florianópolis, s/n. Bairro Catarinense. CEP.: , Francisco Alves-PR. Email: danielicsbettinelli@hotmail.com

⁴Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR de Umuarama – Pr. Participante do Projeto de Iniciação Científica – PIC. End. Travessa Ipê, lote 25 t4, Jardim Tropical. CEP.: 87503-240, Umuarama-PR. Email: flaviasales8@hotmail.com

⁵Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR de Umuarama – Pr. Participante do Projeto de Iniciação Científica – PIC. End. Rua Anhumai, 3664, Jardim Tropical. CEP.: 87504-050, Umuarama-PR. Email: acolherpsicologia1@gmail.com

⁶Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Paranaense – UNIPAR de Umuarama – Pr. Participante do Projeto de Iniciação Científica – PIC. End. Rua Marialva, 5734, ap. 11, Bloco 6. CEP.: 87502-901, Umuarama-PR. Email: vitordiasugo@hotmail.com

⁷Mestre em Psicologia, docente do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, pesquisadora do Programa de Iniciação Científica – PIC. End. Rua Sabiá, 2727, Jardim Alphaville. CEP.: 87504-658, Umuarama-Pr. Email: clauperpetuo@prof.unipar.br

cepções sobre a mulher, visto que a mesma ainda é o foco de suas intervenções, bem como considerada a responsável por esta família. Para tanto procede-se à uma revisão de literatura sobre a visão de mulher e do seu papel na sociedade ao longo da história da humanidade, bem como busca-se também perceber como se dá a relação desta mulher com o Centro de Referência da Assistencial Social (CRAS), visto ser este a porta de entrada das famílias para a Assistência Social, assim como para os programas e projetos por ele desenvolvidos. Desse modo, observa-se que existe, ainda hoje, uma grande complexidade nas relações existentes, sendo uma multidimensionalidade das formas de aproveitamento abusivo, desigualdades e preconceito sobre as mulheres. Muito de tudo o que hoje é ainda reificado como papel, função ou característica da mulher, definindo-a como feminina, na verdade não passa da reprodução de um discurso de poder propagado nos diferentes âmbitos da sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Assistência Social; Interseccionalidade; Mulher.

SOCIAL ASSISTANCE POLICY AND WOMEN

ABSTRACT: Considering intersectional studies, which provide discussions with the aim of understanding how social markers articulate and generate social inequalities, this study starts from the scope of Social Assistance, which has the family as the central point, the purpose is to understand and discuss how such Public Policy ends up contributing and/or reinforcing gender inequalities from their perception towards women, since she is still the focus of their intervention, as well as being considered the one who is responsible for the family. Therefore, a literature review was carried out on the women's view and their role in the society over history, as well as attempting to realize how to connect those women to the Social Assistance Reference Center (CRAS), since she is the path of the Social Assistance, its programs and projects to the family. Thus, it can be observed that there is still a huge complexity on the existing relationships, being a multidimensionality of the forms of abusive use, inequalities and prejudice against women. Most of what is currently reiterated as the role, task or feature of a woman, defining her as feminine, is in fact the reproduction of a speech about power spread in different

spheres of the society.

KEYWORDS: Social Assistance; Intersectionality; Woman.

LA POLÍTICA DE ASISTENCIA SOCIAL Y LA MUJER

RESUMEN: Considerando los estudios interseccionales, que proporcionan discusiones con el fin de comprender cómo los marcadores sociales se articulan y generan desigualdades sociales, en este estudio a partir del ámbito de la Asistencia Social, la cual tiene la familia como centralidad, se objetiva comprender y discutir cómo esta Política Pública acaba por contribuir y / o reforzar las desigualdades de género a partir de sus percepciones sobre la mujer, ya que la misma sigue siendo el foco de sus intervenciones, así como considerada la responsable de esta familia. Para ello, se procede a una revisión de literatura sobre la visión de mujer y de su papel en la sociedad a lo largo de la historia de la humanidad, así como también se busca percibir cómo se da la relación de esta mujer con el Centro de Referencia de la Asistencia Social (CRAS), ya que ésta es la puerta de entrada de las familias para la Asistencia Social, así como para los programas y proyectos que él desarrolla. De ese modo, se observa que existe, aún hoy, una gran complejidad en las relaciones existentes, siendo una multidimensionalidad de las formas de aprovechamiento abusivo, desigualdades y prejuicio sobre las mujeres. Mucho de todo lo que hoy es todavía reificado como papel, función o característica de la mujer, definiéndola como femenina, en realidad no pasa de la reproducción de un discurso de poder propagado en los diferentes ámbitos de la sociedad.

PALABRAS CLAVE: Asistencia Social; Interseccionalidad; Mujer.

INTRODUÇÃO

Este artigo se trata de uma revisão bibliográfica que busca compreender, conhecer e refletir sobre quais são as percepções que a política pública de Assistência Social traz sobre a mulher que a ela acessa, a fim de problematizar as desigualdades produzidas socialmente através dos marcadores sociais, como o de gênero.

A fim de conhecermos e compreendermos esse processo que construiu e vem construindo a visão de mulher desde a antiguidade aos dias atuais, e conseqüentemente objetivando as mesmas, iremos aqui dis-

correr sobre esse processo a partir de referenciais teóricos.

Sabemos que a visão de mulher e seu papel na sociedade passaram por várias mudanças na história da humanidade. De acordo com Colling (2004), a história das mulheres vem sendo contada com maior amplitude há pouco tempo, pois desde que a História existe como disciplina, o lugar de historiadores era exclusivo dos homens, fazendo com que o lugar da mulher na história dependesse das representações descritas pelos mesmos. “Ao descreverem as mulheres, serem seus porta-vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornaram-nas invisíveis” (COLLING, 2004, p. 13). Assim, sendo posta a história do homem como universal e a da mulher à margem, se fez necessário uma vasta criatividade para inventar o ser mulher como sujeito autônomo.

Sabe-se que a ligação da figura da mulher com a inferioridade, vem desde a cultura grega, que na antiguidade enxergava o ser feminino como não pertencente ao mundo do pensamento/conhecimento valorizado naquela sociedade. Já na sociedade romana a discriminação feminina era legitimada pelo código penal da época, que dava ao homem todo o poder sobre os corpos de suas mulheres, seus filhos e também de seus escravos e servos (COLLING, 2004).

Já no contexto brasileiro, segundo SILVA, *et al.* (2005) desde a colonização do nosso país, os corpos femininos são ligados a erotização de forma humilhante e desumana. Os viajantes que chegaram ao Brasil, possuíam a visão de uma cultura que concebia os costumes aqui vividos pelas Tupinambás como bárbaries e presença do diabo. As mulheres brasileiras da época “[...] foram admiradas, temidas como representantes de Satã e foram reduzidas a objetos de domínio e submissão por receberem um conceito de “não-função”, tendo sua real influência na evolução do ser humano, marginalizada e até aniquilada” (SILVA, *et al.* 2005, p. 71).

Sabemos que a subjetividade humana é construída no decorrer da vida por meio de relações sociais, portanto a construção da subjetividade da mulher e seu local na sociedade também são constituídos nesse contexto. De acordo com Saffioti (1997, p. 59) “a subjetividade é construída por meio das relações sociais. Sujeito e objeto experimentam dois momentos: o da fusão e o da autonomia. O sujeito é constituído em gênero, classe e raça/etnia: é, portanto, múltiplo”. Percebemos assim que há diferenças no processo de construção de modos de existir entre homens e mulheres.

Outra coisa relevante para pensarmos que a autora acima afirma, é que o “sujeito e objeto não existem independentemente da atividade, uma vez que só por meio desta podem ocorrer os processos de subjetivação e objetivação” (SAFFIOTI. 1997, p. 59), assim reafirmamos que a construção da subjetividade se dá a partir das relações sociais, onde a atividade fortalece os processos de existir.

Sabemos também que o gênero é engendrado e construído a partir das repetições de discursos no decorrer de nossa vida. Segundo Azevedo (2013), na análise foucaultiana, os princípios históricos são essenciais para entender como se organiza a produção da linguagem na sociedade contemporânea. Foucault (1986, p. 56) determina discursos como sendo “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

Assim percebemos que esses discursos são tomados como norma no campo social, se caracterizando como um elo entre discurso e prática. Podemos dizer que esses movimentos discursivos geram efeitos significativos na subjetividade do ser humano. Muraro e Boff (2002, apud CAPELLE; MELO, 2010 p. 74) dizem que “[...] a cultura patriarcal atribuiu o princípio masculino apenas ao homem, fazendo que se julgasse o único detentor da racionalidade, do mando e da construção da sociedade”. Chauí (s.d., p. 47 apud; SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 4) ainda discorre que a mulher é: “definida como esposa, mãe e filha (ao contrário dos homens para os quais ser marido, pai e filho é algo que acontece apenas), [as mulheres] são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros”.

As mesmas autoras nos ajudam a perceber que a partir desses discursos a mulher acaba se tornando dependente, perdendo a liberdade de querer, agir a partir da sua vontade, sentir e pensar. Essas relações impostas para mulheres são relações conflituosas onde são afetados os processos de subjetivação, gerando assim um conceito de que a mulher deve obediência ao homem, acarretando em diversas violências entre gêneros.

O CRAS E A MULHER

O CRAS se baseia em dois grandes eixos estruturantes: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. Este primeiro conceito, segundo Brasil (2009), se refere à centralidade da família como núcleo social primordial para a realização das ações e serviços da assistência social, aqui a família pode ser definida por pessoas que possuem laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade, onde a convivência e socialização é recíproca, e também o compartilhamento de renda e recursos financeiros. A territorialização é a centralidade do território como objeto determinante para identificação das vulnerabilidades e riscos sociais e a melhor forma de enfrentá-las, desta forma a assistência social passa pela descentralização e chega às comunidades oferecendo serviços socioassistenciais, como consequência é possível obter o aumento da eficácia e efetividade desses programas, também trabalhar a prevenção de riscos sociais e promover o bem estar do território.

Historicamente, as políticas públicas foram desenhadas e aplicadas apenas pela elite política (homens brancos, heteronormativos, com alto grau educacional, concentração de renda e inserção social). As vozes e as experiências de grande parte dos usuários das políticas não eram consideradas audíveis, uma vez que o Estado não as valorizavam em seu prisma de atuação. As mulheres pertenciam a essa categoria inaudível e sem validade, não faziam parte da política – nem em tomada de decisões, nem como suas destinatárias específicas. (BANDEIRA, ALMEIDA 2013).

Diante do que preconiza a PNAS (2004) a matricialidade sociofamiliar se dá a partir do momento que os vínculos sociais com essas famílias são estabelecidos a partir da unidade familiar, sendo a família o palco onde a política de assistência social busca seus alicerces, procurando trabalhar com seus integrantes seu protagonismo, autonomia e sobrevivência, tendo como norte de atuação o acolhimento de suas necessidades e dos seus interesses sociais e comunitários (BARRETO *et al.*, 2016).

Considerando que a família pode ser composta por membros que não sigam necessariamente a lógica nuclear burguesa (composta de pai, mãe e filhos) a PNAS (2004) ainda tem um olhar sobre o desempenho e/ou funcionamento dessas famílias de acordo ainda com a família tradicional. A violação dessa política vem nesse sentido de não reconhecer

novas possibilidades de cuidado ou referências morais, por exemplo, dentro dessas famílias. Essa centralidade na família, sustentada pela política de Assistência Social, deve promover ações que sejam de mão dupla, ou seja, um trabalho no qual as equipes da Assistência Social realizem o exercício de analisar as interseccionalidades de toda a realidade familiar que, independentemente do modelo ou arranjo, também tenha voz e vez diante do seu direito ao usufruto da política (BARRETO *et al.*, 2016).

Segundo Baldo (2005), na instituição o sujeito encontra regras, normas e valores, sendo a família a primeira instituição que o sujeito pertence, onde são designadas funções determinadas para determinado gênero, e o sujeito precisa aprender a conviver e aceitar essas normas ou buscar sua singularidade e realização dos seus desejos pessoais. É possível visualizar, sob o olhar da política social, que a família por vezes se torna culpada por suas próprias características estruturais e funcionais e, conseqüentemente, por sua própria vulnerabilidade social. Diante dessas violações, dentro do âmbito que deveria ser de garantia de direitos, se torna essencial a reflexão da interseccionalidade e seus desdobramentos na sociedade, é fundamental se pensar os marcadores sociais e as estruturas de poder agenciadas nestas relações.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002; p. 177)

Como ferramenta teórico-metodológica, nos permite analisar e perceber os processos de articulação entre categorias como classe, gênero, raça, idade, entre outras e as relações de poder tanto em contextos individuais, como nas práticas coletivas e nas relações culturais e institucionais, nos ajudam a pensar como estas categorias de diferenciação produzem efeitos e estruturam a vida das pessoas. São sistemas que classificam os corpos a partir de marcadores sociais da diferença, ou seja, são constru-

ções sociais que se estruturam por meio das relações e agenciamentos. E existem antes de nascermos, podemos citar o primeiro marcador social instituído, o gênero, já delimitam esse sujeito em mundo rosa ou azul.

As políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino essencializado, como parte da reprodução social e da manutenção da família, o que implica não priorizar os significados estabelecidos no relacionamento entre os sexos ou a autonomia das mulheres. Com frequência baseiam-se em práticas assistencialistas, executadas pontualmente para determinado grupo. Tais políticas, em geral, acabam por restringir a mudança das formas sociais estruturais, uma vez que reforçam a ideologia patriarcal. Por não terem clareza desses pressupostos, os/as agentes públicos/as tratam, por exemplo, a violência contra a mulher nela mesma, e não nos padrões de comportamento entre os sexos, o que acaba reduzindo as possibilidades de sua superação (BANDEIRA, ALMEIDA, 2013, p.38).

A mulher brasileira passa por um processo de emancipação social e podemos descrever essa trajetória desde o lugar de mãe e cuidadora do lar, o surgimento do anticoncepcional e controle sobre a maternidade, organização e surgimento de movimentos feministas, inserção no mercado de trabalho até a lei do divórcio, esses fatores contribuíram para a autonomia da mulher e a diminuição do controle do homem sobre o corpo feminino (BARRETO *et al.*, 2016).

Desde o nascimento somos inseridos em uma sociedade cheia de regras e normatizações, sendo definidos possivelmente os papéis que cada sujeito deve seguir dentro de uma sociedade, mesmo com as evoluções históricas ainda existem desigualdades de gêneros, onde a sociedade delimita o que a mulher pode ou não fazer, embora haja um grande aumento de lares liderados pelas mulheres, onde ela se torna a principal fonte de renda da casa, tornando-se a provedora, porem ainda existe muito preconceito em relação a isso.

A grosso modo, pode-se afirmar que gênero surgiu

como uma forma de distinguir as diferenças biológicas das desigualdades socioculturais e transferiu o olhar para mulheres e homens como segmentos isolados para o olhar que se fixa nas relações interpessoais e sociais, por meio das quais homens e mulheres são mutuamente constituídos como categorias desiguais. Segundo Scott (1995, apud Bandeira, Almeida, 2013) gênero é constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos como o conjunto de normas, valores, costumes e práticas em que a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada. Trata-se da forma primária de significar o poder, uma vez que tais diferenças se configuram como desigualdades (BANDEIRA, ALMEIDA, 2013, p. 37-38).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, ‘Equidade de Gênero’ significa equidade e justiça na distribuição de benefícios, poder, recursos, acesso e responsabilidades entre mulheres e homens. O conceito reconhece que mulheres e homens possuem diferentes necessidades humanas e igualdade de direitos, no entanto, no cotidiano vivenciam diferenciadamente o acesso e a garantia de direitos (LISBOA, 2012).

Segundo Barreto *et al.* (2016) em se tratando de gênero, não existe uma maneira ideal ou pré-determinada de ser mulher, isto é, não existe uma maneira natural de ser mulher, aquela que nasceu para ser mãe e boa esposa, passiva e dependente do esposo. Tudo aquilo que dita o que é a masculinidade ou a feminilidade, considerando nosso contexto ocidental, é uma construção histórico-social. Dessa forma, tudo aquilo que hoje é reificado como papel, função ou característica da mulher, definindo-a como feminina, na verdade não passa da reprodução de um discurso de poder.

“Na relação de gênero, portanto, o discurso que sempre predominou e que até hoje possui uma força a ser transposta coloca a mulher em um lugar de privacidade. Esses discursos constroem uma falsa verdade de que as mulheres são naturalmente propensas ao cuidado, ao afeto, e devem garantir uma

postura de preservação à privacidade, e que ela possui um lugar passivo e submisso socialmente diante da masculinidade” (BARRETO *et al.*, 2016, p. 299).

É preciso desconstruir essa objetivação biologicista que recai sobre a mulher contemporânea. É preciso reconhecer que a mulher tem capacidade de sair desse discurso de reprodução e passividade, reconhecer as possibilidades de uma mulher ativa, que se destaca no mercado, capaz de ser chefe e a base familiar. Para isso, é possível construir na mulher contemporânea o poder para ser protagonista, transformadora e construtora de sua própria realidade sem nenhuma determinação objetiva, desta forma empoderá-la (BARRETO *et al.*, 2016).

A enorme pluralidade das mulheres aponta para a necessidade de pensar e fazer políticas que contemplem o cruzamento de gênero com outras categorias, como raça, classe e geração. Somente o comprometimento com a abordagem de gênero – em sua interseccionalidade, considerando tais categorias e em sua transversalidade com as diversas esferas da vida social (saúde, educação, trabalho, dentre outras) – poderá atender às inúmeras, distintas e complexas reivindicações das famílias que acessam os equipamentos públicos em busca de garantia de direitos. “Cada ação política deveria contemplar tal perspectiva, uma vez que estaria sempre posta: modificar as condições de vida das mulheres e melhorar sua condição de empoderamento” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013, p.39).

Diante disso, por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a elaboração de uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos/as agentes públicos/as em relação à superação das assimetrias de gênero nas distintas esferas de governo e entre elas. Isso garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das suas ações, assegurando uma governabilidade democrática e inclusiva (BANDEIRA, ALMEIDA, 2013, P. 44).

Segundo os autores supracitados, quando falamos da igualdade

de gênero rompemos com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade para caminhar em direção à equidade, à emancipação e ao pertencimento. As mulheres surgem como diferença sociocultural e política e passam a estar presente, legitimamente, na rotina da vida cotidiana, na qual se reinventam baseadas na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político, portanto em um novo campo de possibilidades para superar sua condição de desigualdade. Gênero, como uma questão a ser transversalizada, corre risco de surgir ocasionalmente, dependendo do critério e contexto daqueles/as que desenham ações governamentais e também pode ser banalizado/invalidado como simples artimanha para se dar a falsa impressão de que está sendo tratado em toda sua abrangência.

Segundo Carlotto e Mariano (2010), fica evidente o modo que a mulher assume o lugar da família na política de assistência social, esta exerce o papel de mediadora entre a família (esfera privada) e a política pública (esfera pública); podemos destacar que a mulher é a principal atriz na política de assistência social, seja na gestão, na execução ou como beneficiária. Embora a política preconize esse atendimento integral a família, as desigualdades ainda são reforçadas na Assistência Social.

A política possui suas ações voltadas para as possibilidades de autonomia, porém, os dispositivos e ferramentas utilizados são insuficientes para combater e desconstruir a clausura doméstica que tantas mulheres ainda estão inseridas e propiciar que seus corpos transitem politicamente em sociedade. Ao mesmo tempo, não há compatibilidade em se falar de promoção de autonomia das mulheres quando as estratégias e os benefícios concedidos reforçam a associação entre mulher e maternidade. A maioria das responsabilidades recai sobre a mulher, cuidar e educar os filhos, realizar as atividades do lar, trabalhar formalmente para auxiliar nas despesas de casa, ressaltando, que muitas mulheres assumem a chefia do lar (CARLOTO e MARIANO, 2010).

Cabe então, a esta mulher mais uma atribuição, buscar a garantia de direitos em situações de vulnerabilidade social, e quando esta busca por apoio nos equipamentos públicos, por vezes é recebida com total despreparo profissional e é estigmatizada e marginalizada por não se enquadrar no modelo de família burguês, baseado no casal heterossexual monogâmico e seus filhos, com sua lógica de funcionamento tradicional.

Como efeito dessas práticas que reafirmam a individualidade da família moderna pode citar o controle social nessa sociedade desigual e privatizada além da culpabilização dessa mulher pelas mazelas vividas na família, despotencializando movimentos coletivos e de reivindicação de direitos (SCHEINVAR, 2006).

É uma política da norma, que saiu da norma de modelo familiar, mas não saiu da norma nas expressões tradicionais de família. Conforme a PNAS (2004), a maioria dos atendimentos em serviços de proteção básica é para a população feminina e de famílias monoparentais. Se tal política continuar construindo a culpabilização dessas famílias e contribuindo para a estigmatização da mulher, pode se tornar uma ferramenta negativa do sistema machista e sexista que vem se fortalecendo há séculos. Cabe procurar mudanças na concepção de como se trabalhar com essas famílias para que tal política não seja um dispositivo negativo, em vez de um meio de garantir os direitos sociais e econômicos básicos da população (BARRETO *et al.*, 2016, p. 307).

Segundo Lisboa e Lollato, (2012), ainda existe hoje uma grande complexidade nas relações existentes, sendo uma multidimensionalidade das formas de aproveitamento abusivo, desigualdades e preconceito sobre as mulheres. O sujeito do gênero masculino muitas vezes não aceita que a companheira ganhe mais que ele ou que ela trabalhe, esse fato é instituído pela sociedade, pois o homem considerado como ideal é aquele que é o provedor da casa, sendo considerado inapropriado aquele que fica em casa com os filhos e a mulher que sai para trabalhar.

Refletindo sobre o contexto em que a mulher da contemporaneidade está inserida é primordial transformar os discursos, possibilitar as suas relações de, maneira a resistir aos mesmos, àqueles que direcionem e/ou apontam sua maneira de ser mulher e construir novas maneiras de exercer o feminino na sociedade, produzindo assim novas possibilidades, novos saberes e novas formas de ser mulher a partir dessa nova relação de poder. Assim, cabe ao e à profissional da Psicologia em diversos contextos e às políticas públicas exercer esse trabalho de transformação

social, demonstrando que ser mulher não é sinônimo de vida privada e passividade, mas pode representar autonomia e ser protagonista de sua existência; e que ser mãe não é algo natural, mas uma opção e apenas mais um elemento obrigatório na vida dessa mulher, não a privando dos outros elementos de sua realidade (BARRETO *et al.*, 2016).

Podemos, finalmente, dizer que ao se considerar uma dinâmica, conjunto de valores e proteção ideal igual para todas essas famílias, desconsidera-se a própria heterogeneidade familiar que preconizam. Ademais, não cabe culpabilizar essas famílias por sua condição, mas justamente trabalhar com elas na perspectiva de matricialidade sociofamiliar para que elas façam uso de sua autonomia para sair de sua condição de vulnerabilidade, embora considerando que o Estado deve fornecer ferramentas para isso e tem responsabilidade na situação de seus cidadãos (BARRETO *et al.*, 2016, p. 307).

Conforme aponta a autora supracitada, é importante ressaltar que os/as profissionais devem e podem construir um sistema de funcionamento da Assistência Social em que é possível resistir as normas impostas e construídas socialmente e lutar pela desconstrução desse lugar enrijecido dando espaço para as diferenças familiares e de gênero, o(a) psicólogo(a), de certo modo, pode ser uma peça chave nessa resistência para uma resignificação do trabalho com famílias e mulheres que acionam a política de Assistência Social.

Embora a mulher tenha avançado nas suas conquistas sociais, a política de assistência social necessita considerar a mulher que aciona os equipamentos públicos em toda sua integralidade, a política é muito abrangente, porém cada família possui suas especificidades. Existe uma construção de subjetividades no sentido de naturalizar a institucionalização de um modelo hegemônico de família, e que conseqüentemente discrimina e estigmatiza outras relações familiares, como as constituídas por mães solteiras, por casais separados, por pais que realizam atividades consideradas ilegais ou imorais, entre outros (SCHEINVAR, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se assim perceber, ao longo desse estudo, que os marcadores sociais que nos são colocados desde o nascimento, atravessam nossos corpos nas inúmeras esferas da sociedade e afetam também a visão de mulher que se encontra como usuária da política de Assistência Social.

Embora existam algumas conquistas já alcançadas na luta pela equidade entre os gêneros, consideramos que ainda temos muito a avançar nessa luta que deve ser de militância diária. As políticas públicas devem problematizar suas ações, se dando conta da multiplicidade de formatos familiares que temos, e compreendendo a mulher na sua integralidade e seus diversos papéis exercidos dentro da família. Papéis esses que por vezes podem ser vistos como masculinos, onde se devem questionar as práticas cristalizadas e também os discursos, que se formam como agenciadores de violências contra o gênero feminino.

E necessário e urgente que as formas de atuação sejam mais flexíveis, que compreendam e tenham clareza do papel da mulher hoje e das mudanças que foram e são feitas a partir do sofrimento e de lutas, atuações estas que não propaguem o machismo e o sexismo ainda presente em nossa sociedade, podendo abranger os trabalhos com as diversas mulheres usuárias dessa política. Reconhecendo também que essa mulher não é passiva e sim aquela que lidera lares onde a principal fonte de renda familiar vem dela, ou seja, um corpo transformador.

A demanda de profissionais psicólogas/os nesta área vem aumentando cada vez mais, porque a Psicologia contribui para melhorar o atendimento ao sujeito, de forma que vise sempre a autonomia e busque a garantia de direitos.

Por fim, reconhecemos que a Psicologia tem um papel fundamental nas Políticas Públicas dentro da Assistência Social, atuando no trabalho de prevenção e intervindo nas questões de vulnerabilidade social, trabalhando na garantia de direitos, atuando a partir de um compromisso social, buscando fortalecer os vínculos familiares e comunitários, além de ter por objetivo final a transformação social.

REFERÊNCIAS:

ARÁN, M.; JÚNIOR, C. A. P. Subversões do desejo: sobre gênero e

subjetividade em Judith Butler. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 28, p. 129-147, jan/jun, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/07.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

AZEVEDO, R. D. S. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revistas Eletrônicas**, Marília, v. 6, n. 2, p. 149-162, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BALDO, D. H. A. **A entrevista institucional**. In: CARRASCO, L. K.; MACEDO, M. M. K (orgs) (con) textos de entrevista. 1. ed. São Paulo: Casapsi, 2005. p.237-246.

BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do Ceam**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013.

BARRETO, D. J. *et al.* Problematizações entre a dinâmica familiar preconizada pela Assistência Social brasileira e a família monoparental feminina. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 2, p. 295-309, jul./dez. 2016.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, A. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, 451-471, 2010.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1986

LISBOA, K. T.; LOLLATO, S. **Políticas Públicas com Transversalidade de Gênero** – Resgatando a Interseccionalidade, a Intersetorialidade e a Interdisciplinaridade no Serviço Social. Niterói, RJ, 2012. p. 1-17.

SILVA, G. C. C. da. *et al.* A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista: Luta Sociais**, n.2, p. 59-78, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18789/13973>. Acesso em: 26 nov. 2017

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, Califórnia, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/SANTOS_IZUMINO_VCMVG2005.pdf. Acesso em: 26 nov. 2017.

SCHEINVAR, E. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 58, n. 1, 48-57, 2006.

STREY, N. M.; CABEDA, L. T. S.; PREHN, R. D. **Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, 305 p.

Recebido em: 24/07/18
Aprovado em: 31/05/19